

As comunicações do governo militar e da oposição na Guerrilha do Araguaia: profissionalismo, planejamento e poder versus amadorismo e resistência

Military government and opposition communication in the guerrilla of Araguaia: professionalism, planning and power versus resistance and amateurism

Eduardo Reina

Universidade Metodista de São Paulo
São Bernardo do Campo, SP, Brasil

Camila Escudero

Universidade Metodista de São Paulo
São Bernardo do Campo, SP, Brasil

Resumo

O presente artigo tem como objetivo resgatar as estratégias de comunicação do governo militar e da resistência no episódio da guerrilha do Araguaia. Utilizando pesquisa bibliográfica e documental, partimos da ideia de que no conflito estudado, as forças militares empreenderam atitudes profissionais de comunicação junto à sociedade, com foco no controle de narrativas; enquanto os guerrilheiros do PCdoB mantiveram atitude primária e ineficiente em relação à comunicação. Como principais resultados, apontamos que tal disparidade levou à criação de versão histórica veiculada pela mídia de massa com foco nos militares, sobrepondo-se à narrativa da oposição o que fez prevalecer versão oficial dos fatos e o esquecimento das narrativas dos derrotados, como apontam, de maneira conjunta, os conceitos de narratividade do cotidiano (CERTEAU, 1998), memória coletiva (HALBWACHS, 2006), identidades e suas representação (HALL, 2005; SODRÉ, 2000).

Abstract

This article aims to rescue the communication strategies of the military government and resistance in the Araguaia guerrilla's episode. Using bibliographical and documentary research, we start from the idea that in the conflict studied, military forces engaged in professional communication attitudes to society, with a focus on narrative control; while PCdoB guerrillas maintained a primary and inefficient attitude toward communication. As main results, we pointed out that this disparity led to the creation of a historical version of the mass media with a focus on the military, overlapping the narrative of the opposition, which made the official version of the facts prevail and the narratives of the defeated be forgotten, as it's pointed jointly, the concepts of daily narrativity (CERTEAU, 1998), the collective memory (HALBWACHS, 2006), identities and their representation (HALL, 2005; SODRÉ, 2000).

Palavras-chave

Guerrilha do Araguaia; ditadura militar; comunicação; jornalismo.

Keywords

Guerrilla of Araguaia; military dictatorship; communication; journalism.

Introdução

Sabe-se que o governo militar, que comandou o Brasil de 1964 a 1985, adotou uma série de estratégias antidemocráticas para se manter no poder, entre elas, a proibição de atos de oposição ao regime com coibição violenta e massacre de militantes considerados de esquerda, tortura, assassinato, sequestro, desaparecimento de pessoas, corpos e documentos, entre outros. Com um plano de comunicação composto por diretrizes profissionais e eficazes (VISACRO, 2018; CANCELLI, 2017), os militares conseguiram esconder e/ou camuflar ações de violência praticadas no período, construindo uma narrativa de ordem que até hoje se mantém no imaginário popular, mesmo passado 30 anos após o fim do regime, a abertura política e consolidação da democracia no país, os trabalhos da Comissão da Verdade e toda a historiografia registrada.

Soma-se a isso, o fato de a resistência à ditadura e à repressão contar com poucos acessórios e meios de comunicação junto à população nacional e internacional. Ainda que tenha se registrado a existência de 150 periódicos que circularam no período da ditadura militar no Brasil que faziam oposição intransigente ao regime militar – a conhecida imprensa alternativa, ou imprensa nanica –, denunciavam sistematicamente as torturas e violações dos direitos humanos e criticavam o modelo econômico estabelecido (KUCINSKI, 1991) – tratava-se de uma rede pouco articulada e precária (até mesmo por conta da situação de clandestinidade), se comparada com a sofisticada estratégia comunicacional desenvolvida pelo governo militar e a atuação da grande imprensa.

Assim, o presente artigo tem como objetivo resgatar as estratégias de comunicação do governo militar e da resistência em um episódio específico do regime: a guerrilha do

Araguaia, conflito ocorrido na primeira metade de década de 1970, na região entre as divisas do Sul do Pará e Norte de Goiás, atual Tocantins, entre militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e forças militares. A partir de pesquisa bibliográfica (STUMPF, 2011) e documental (MOREIRA, 2011), pretendemos mostrar que na guerrilha do Araguaia as forças militares empreenderam atitudes profissionais de comunicação junto à sociedade, com foco no controle de narrativas; enquanto os guerrilheiros do PCdoB mantiveram atitude primária e ineficiente em relação à comunicação.

Partimos da ideia central de que tal disparidade levou à criação de versão histórica veiculada pela mídia de massa com foco nos militares, sobrepondo-se à narrativa da oposição e que fez prevalecer versão oficial dos fatos e o esquecimento das narrativas dos derrotados, como apontam, de maneira conjunta, os conceitos de narratividade do cotidiano (CERTÉAU, 1998), memória coletiva (HALBWACHS, 2006), identidades e suas representação (HALL, 2005; SODRÉ, 2000).

Construção de identidade e memória: embates constitutivos

Numa guerra de informações, a eliminação da identidade do oposto, do inimigo, é base fundamental para criação de uma narrativa eficiente. De acordo com Hall (2005), com frequência, a identidade envolve reivindicações essencialistas sobre quem pertence e quem não pertence a um determinado grupo identitário, nas quais a identidade é vista como fixa e imutável. Elas são, na verdade, relacionais e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentidos a práticas e a

relações sociais, definindo, por exemplo, quem é incluído/excluído.

Assim, completa Hall (2005), o social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. Ao mesmo tempo em que marcam algumas diferenças, tornam obscuras outras. Revelam relação de poder e discrepâncias internas: as identidades não são unificadas; podem haver contradições no seu interior que têm que ser negociadas construídas no nível coletivo e o nível individual.

O fato é: identidade é um conceito construído em um sistema de representação. "A representação determina a definição que nos damos e o lugar que ocupamos dentro de um certo sistema de relações" (SODRÉ, 2000, p.35). Tal representação é construída não só a partir da natureza do sujeito (étnica, racial, relações de parentesco etc.), mas, também envolve:

1. A experiência do sujeito e suas condições sociais e materiais. Segundo Sodré (2000), a identidade liga o sujeito a um quadro de referência e promove uma intersec o entre história individual e do grupo com o qual convive, o que leva a um reconhecimento social de si mesmo no outro. A partir da identidade individual também se cria outras (o conceito de identidade-cabide de Bauman (2003), fazendo com que a ideia de grupo se imponha como a de um outro lugar, em que o indivíduo sente-se pluralmente permitindo a tomada de uma consciência de sua identidade.

Seja pessoal ou nacional, a identidade afirma-se primeiro como um processo de diferencia o interna e externa, isto  , de identifica o do que   igual e do que   diferente e em segui-

da como um processo de integra o ou organiza o das forças diferenciais, que distribui os diversos valores e privilegia um tipo de acento (SODRÉ, 2000, p.45).

2. Um nível psíquico, ou seja, alguma versão essencialista do passado do sujeito, uma história reconstruída por meio da memória ou, na prática, aquilo que nos lembramos e que tem algum significado na nossa constitui o enquanto ser individual e social.

Tal memória, nesse contexto da cria o de identidades explicitados por Sodré (2000) no âmbito comunitário, pode ser individual, coletiva ou ambas. Segundo Halbwachs (2006, p.71), conforme participa de uma ou de outra, o sujeito adota duas atitudes diferentes e até opostas. Por um lado, suas lembrancas teriam lugar no contexto de sua personalidade ou de sua vida pessoal – as mesmas que lhes são comuns com outras só seriam vistas por ele apenas no aspecto que o interessa enquanto se distingue dos outros. Por outro lado, em certos momentos, ela seria capaz de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter lembrancas impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo.

A memória coletiva, ao contrário,   o grupo visto de dentro e durante um período que não ultrapassa a dura o média da vida humana, que de modo geral, lhe   bem inferior. Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesma que certamente se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele sempre se reconheca nessas imagens sucessivas. A memória coletiva   um painel de semelhanças,   natural que se convença de que o grupo permaneça, que tenha permaneci-

do o mesmo porque ela fixa sua atenção sobre o grupo e o que mudou foram as relações ou contatos do grupo com os outros (HALBWA-CHS, 2006, p.109).

Trazendo a questão da memória para os estudos da comunicação – e, especificamente neste trabalho, para a guerra de informações do período da ditadura, a divulgação é feita somente dos fatos marcados, mantendo viva assim a história do cotidiano de acordo com essa vertente. Sodré (2009) chama atenção para a importância daqueles fatos que ficaram escondidos, ressaltando que os fatos não-marcados – ou seja, não divulgados, não comunicados, escondidos – não significam fatos sem importância social, e sim fatos não imediatamente relevantes para o cânone da cultura jornalística. São, portanto, normalmente desconsiderados pela pauta da grande mídia, embora tenham alguma chance de aparecer em veículos alternativos ou serem objeto de análise em publicações de maior periodicidade, ditas ‘de qualidade’. Exatamente o que expressa Certeau (1998, p. 88-89) sobre a narratividade do cotidiano e no social:

A ordem efetiva das coisas é justamente aquilo que as táticas ‘populares’ desviam para fins próprios, sem a ilusão que mude proximamente. Enquanto é explorada por um poder dominante, ou simplesmente negada por um discurso ideológico, aqui a ordem é representada por uma arte. Na instituição a servir se insinuam assim um estilo de trocas sociais, um estilo de invenções técnicas e um estilo de resistência moral, isto é, uma economia do ‘dom’ (de generosidades como revanche), uma estética de ‘golpes’ (de operações de artistas) e uma ética da tenacidade (mil maneiras de negar à ordem estabelecida o estatuto de lei, de sentido ou fatalidade).

Estruturas comunicacionais díspares e censura

A comunicação construída pelos militares durante a ditadura entre 1964 e 1985 não enfrentou contraposições. Toda essa estratégia está descrita pelo coronel do Exército Alessandro Visacro em seu livro “*A guerra na era da informação*” (2018). No capítulo “Desconstruindo um futuro distópico”, o autor trata da retomada do controle territorial sobre áreas não governadas, como era considerada a região da guerrilha no Araguaia à época. Importante lembrar que o livro mostra como o Exército se posiciona numa guerra em relação à comunicação com a sociedade, item considerado mais do que importante num enfrentamento com forças subversivas. A comunicação tem tanta importância quanto o treinamento militar e físico dos soldados, a logística, os recursos existentes no enfrentamento do inimigo. Às vezes até mais importante que todo o resto.

Visacro (2018) aponta que até mesmo as narrativas a serem utilizadas devem ser controladas de acordo com o interesse do Estado, levando em consideração campanhas agressivas para garantir que a informação a ser repassada para o público – leia-se a população e também opinião nacional e internacional –, seja eficaz e que contenha credibilidade. Ensina a construir um mecanismo eficaz de informação:

Controle da narrativa – Desenvolver campanhas agressivas de comunicação estratégica com o propósito de auferir credibilidade, iniciativa e primazia às informações governamentais. Desenvolver mecanismos eficazes de gestão de informação. Fortalecer os vínculos de cooperação com os órgãos de imprensa nos níveis local, nacional e internacional (VISACRO, 2018, p. 181).

Ainda de acordo com Visacro (2018), mais importante do que a guerra em si, as ações usadas para manipular e orientar a opinião pública são mais do que necessárias, sob pena de ser derrotado. O planejador que, inadvertidamente, priorizar as ações cinéticas, ou seja, a guerra simples de enfrentamento em campo, atribuindo-lhes um fim em si mesmas, estará fazendo uma opção deliberada pela derrota. Há que se desenvolver uma compreensão holística mais ampla, que incorpore as abordagens securitárias, política, econômica, social e informacional, de forma complementar e interdependente (VISACRO, 2018, p. 180-181).

O militar (2018, p. 180-181) descreve, inclusive, a necessidade da existência do controle cultural. Sua teoria explicita que é necessário combater a anomia que contribui para o avanço de ideias subversivas e práticas delituosas; e identificar e fortalecer os valores éticos e culturais que historicamente dão coesão e sustentação à sociedade local.

Assim, a estratégia principal na comunicação na guerra de informações é criar e manter o que chamam de “Controle Informacional”, com o objetivo de alcançar a “vitória total”. O coronel elenca ações a serem desenvolvidas no campo ideológico para a vitória: Desconstruir o proselitismo radical e a pregação ideológica das forças adversas; deslegitimar o discurso social da organização de luta armada/facção criminosa; e oferecer alternativas legais e legítimas de reivindicação social em um sistema político plural (VISACRO, 2018, p.181).

José Vargas Jimenez, que era 3º sargento do Exército e liderou grupo de combate na guerrilha do Araguaia, destaca no livro *Bacaba - memórias de um guerreiro de selva da guerrilha do Araguaia* (2007), que as normas gerais de ação do Exército definiram pontos importantes no trato com a população. Entre as normas

está a “neutralização das ações terroristas sobre a população”, que pode ser alcançada através de ação do poder público, proveniente do governo federal, estaduais e municipais, que solucionem os problemas existentes nas áreas. As ações eram contraponto às atividades dos guerrilheiros; principalmente a propaganda ostensiva ou subliminar utilizando todos os meios de comunicação social existentes (2007, p.39). A propaganda desempenhada pelos militares foi diferenciada. Sabiam que era necessário ter amparo em temáticas não-doutrinárias e com poucas colorações oficiais. Utilizaram técnicas modernas, conhecidas a partir dos então recentes avanços dos meios de comunicação de massa no Brasil (FICO, 1997, p.18).

A historiografia brasileira e a mídia em geral, principalmente a de massa, teve como base o viés dos vencedores na guerrilha do Araguaia. O formato de discurso e narrativas desenvolvidos, baseado nos conceitos de guerra destacados por Visacro (2018), nega a existência desse tipo de crime praticado por agentes de Estado durante o período de repressão no Araguaia, incluindo medidas censórias.

Tais medidas repressivas incluem a censura aos meios de comunicação e às artes. O plano delineado pelo setor de relações públicas do governo militar à época tinha como objetivo interceder em toda ação de criação cultural e cotidiana por parte das forças contrárias ao regime militar. Invariavelmente tinham como objetivo intervir em todo o esquema de comunicação alternativo, como descreve Visacro (2018).

Foram aproveitadas ou criadas instituições, com apoio do governo dos Estados Unidos, para atuar na doutrinação psicológica da massa brasileira. Fundado em 1961, antes do golpe militar, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês), desempenhou cruzada para atuar em ampla variedade de ações para penetrar em

todas as classes sociais em todo esse período. O Ipês criava publicações, agia como lobby no Congresso Nacional, desenvolvia cursos, como criação da Universidade do Trabalho, por exemplo, cursos de alfabetização de adultos, preparação de trabalhadores em sindicatos; tinha até programas em rádios e televisão.

O Ipês foi criado para funcionar como uma agência de inteligência, tendo como ponto de partida a Guerra Cultural e Psicológica de acordo com os princípios do combate ao totalitarismo. Não era propriamente uma agência anticomunista, aliás, como grande parte da literatura historiográfica brasileira tenta argumentar: era muito mais do que isto. Possuía no totalitarismo um conceito de mobilização e se organizava para uma batalha ideológica, cultural e psicológica (CANCELLI, 2017, p.96).

O fato é que as Forças Militares agiam diretamente em todas as frentes e a vitória na guerra da comunicação no Araguaia era baseada em várias etapas. A primeira era a censura dos meios de comunicação e das artes, inviabilizando qualquer difusão de informação ou propaganda contrária ao regime de exceção – mesmo aquelas dissimuladas. A segunda era uma ação mais assertiva. Realizada diretamente nos meios de comunicação, com propaganda paga, marketing efetivo e de resultado. Uma terceira, de amplo espectro e duradoura, é a construção de uma narrativa que criasse versão da história adequada estritamente aos interesses dos militares.

“Para desarticular as forças irregulares, é necessário atender a dois pré-requisitos básicos: vencer a guerra de informação e conquistar apoio da população” (VISACRO, 2009, p. 347). De acordo com estudos militares, vencer a guerra de informação numa batalha assimétrica (guerrilha) é pré-requisito para o êxito da campanha (VISACRO, 2009, p.354).

As ações planejadas, agrupadas e desempenhadas ao longo dos anos 1960, 1970 e até hoje levam ao que Huntington (1996) chama de “vitória total”. Tais relações, diz o autor e professor da Universidade de Harvard (EUA), constituem um dos aspectos que formam a política de segurança nacional adotada pelos militares durante a ditadura.

O volume de recursos financeiros e humanos empreendidos na guerra de informação por parte do governo militar era outro destaque. O Ipês, por exemplo, seria responsável por mais de 2,2 milhões de livros e folhetos. Diretamente havia editado 280 mil livros sem contar os filmes que ele mesmo produzia e os que auxiliava na distribuição (CANCELLI, 2017, p.97). Importante ressaltar que alguns dos associados do Ipês eram proprietários, diretores ou estavam ligados a empresas de publicação e companhias editoriais (CANCELLI, 2017, p.98).

A comunicação da oposição

Por outro lado, inexistia a contraposição à toda essa estratégia dos militares descrita, ou havia atuações isoladas, sem poder de penetração. O modo de comunicação da oposição era incapaz de fazer frente ou mesmo a rivalizar com as ações desempenhadas pelas forças militares e pelo governo em questão, dono da caneta que assinava decretos e do dinheiro no cofre capaz de pagar ações publicitárias na mídia.

Nos centros urbanos, organizações de oposição montaram pequeno esquema de comunicação para enfrentar os militares. A Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella, dispunha de setores de imprensa, de apoio logístico, de massas – composto de subsetor estudantil e subsetor operário – e diversas células subterrâneas que constituíam os “grupos táticos armados”. A comunicação era com material impresso ou oral. Já a Vanguarda Popular Revo-

lucionária (VPR) possuía uma coordenação geral à qual se subordinavam três setores: logístico, urbano – imprensa, estudantil e operário – e de campo. Enquanto que a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) dispunha de setor de luta principal, que abarcava atividades de logística e de treinamento, e um setor de luta secundário, responsável pelos trabalhos de inteligência e propaganda (VISACRO, 2009, p. 263).

Se nos grandes centros habitacionais a batalha pela comunicação era travada de modo desigual, no campo a situação era muito mais precária. O coronel Visacro descreve que na guerrilha do Araguaia, onde a guerra era denominada rural, longe da população e dos meios de comunicação tradicionais da sociedade, a situação era muito mais inconsistente e incerta na guerra de informação. Integrantes do PCdoB dispunham apenas de contatos pessoais com moradores e camponeses locais. Era a informação passada oralmente, de boca a boca. Sem registro formal (PCdoB, 2005).

Havia ainda boletins informativos transmitidos pelas ondas do rádio, através de emissoras como a rádio Tirana e de Pequim (PCdoB, 2005; SÁ, 2004). Talvez esse fosse o mais eficiente modo de comunicação desempenhado por eles, mas com alcance restrito e duvidoso entre a população local, formada por gente humilde ligada à agricultura de subsistência e exploração de castanhas. Fora do Araguaia, tais programas teriam audiência somente junto a cidadãos ligados aos grupos políticos de oposição (SÁ, 2004). Se houve audiência sobre o tema fora do Brasil, não foram encontrados registros para qualificar o resultado.

Os guerrilheiros no Araguaia também dispunham, em alguns momentos, de mimeógrafo para imprimir cartas e boletins distribuídos à população campesina local, de maioria analfa-

beta (POMAR, 1980). Havia falhas de planejamento dos grupos de combate ao regime que os militares classificam como “erros primários de compartimentação”. Para as forças estatais, os opositores se lançaram em uma guerra sem estar de fato preparados, sem estrutura organizacional (VISACRO, 2009).

De maneira geral, a estrutura de comunicação criada pelos militantes do PCdoB na guerrilha do Araguaia pode ser classificada como inoperante e amadora, comparando-a com a estratégia comunicacional desenvolvida pelo governo militar. A falha e precariedade de todo o processo de comunicação e as redes de comunicação alternativas e clandestinas desenvolvidas pelos comunistas no Araguaia são fundamentos pétreos para que se entenda a situação da falta de noticiabilidade dos casos de sequestro de bebês e crianças filhos de guerrilheiros e camponeses ligados a eles no Araguaia, e a derrota na guerra de narrativas¹.

A não comunicação das atividades da guerrilha levou ao desconhecimento de toda a situação ocorrida à época. Num primeiro momento, o da censura, ninguém tinha acesso a essas informações. Depois, com o fim do regime ditatorial, a história da guerrilha foi construída com bases em narrativas elaboradas pelos militares. A disparidade entre os processos de comunicação envolvendo as duas partes nessa guerra rural e também no pós-guerrilha foi fundamental para a construção de uma memória coletiva com apenas parte dos envolvidos. Com o olhar de quem venceu a disputa.

1 Pesquisa que está sendo realizada por Eduardo Reina, sob orientação de Camila Escudero (autores deste artigo) revela que, na região do Araguaia, durante o período da guerrilha, foram sequestrados 11 bebês, filhos de camponeses e de moradores locais pertencentes ou não aos grupos de resistência. Os casos, até hoje, permanecem desconhecidos, não tendo sido divulgados na grande mídia, acreditamos, por conta de toda a estratégia de comunicação militar abordada no presente artigo.

Sem comunicação eficaz, a oposição no Araguaia não teve suas ações comunicadas, pouquíssimo difundidas jornalisticamente e historiograficamente. Dentro da estrutura do PCdoB à época para fazer comunicação de massa destaca-se um jornal, *A Classe Operária*, órgão central de comunicação. Circulava nos grandes centros. Mas poucos exemplares chegavam ao Araguaia. Além de todos os problemas para produção, elaboração das notícias, edição, impressão e distribuição, enfrentava também a censura. Militantes do partido garantem que mesmo na clandestinidade nesse período, *A Classe Operária* continuou a circular, sem periodicidade fixa (POMAR, 1980).

Pesquisas junto aos acervos da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro e de militantes do partido apontam que mesmo circulando de forma restrita no fim da década de 1960 e meados de 1970, o jornal continuou sendo feito. Não foram encontrados exemplares referentes às datas da repressão mais forte à guerrilha do Araguaia: 1972-1975. Pomar (1980) descreve o periódico comunista no livro *"Araguaia - o partido e a guerrilha - documentos inéditos"*, mas mantém lacuna no período da guerrilha acima mencionado.

Além da clandestinidade e dificuldade de produzir e fazer circular o jornal no Araguaia, o PCdoB enfrentava obstáculo junto ao público alvo desse vetor de comunicação. A maioria dos habitantes do Araguaia era analfabeta, segundo o *Mapa do analfabetismo no Brasil* (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2001). De acordo com o Censo Demográfico do IBGE, na década de 1970, a taxa de analfabetismo entre a população com idade de 15 anos ou mais (público alvo do sistema de comunicação da oposição ao regime militar na região do Araguaia) era de 33,7% do total de brasileiros na região, em meio à floresta amazônica (IBGE, 1970).

Especificamente, o Censo Demográfico Pará revela que a população jovem na região de Marabá, onde se desenvolveu parte da guerrilha do Araguaia, tinha alto índice de analfabetismo. O índice de paraenses com 16 anos de idade, possível público alvo dos guerrilheiros, era composto por 445 pessoas (IBGE, 1970). Somente 109 sabiam ler e escrever, o que aponta a dificuldade de manipulação ideológica através de jornais, livros, boletins. O analfabetismo local, aliado à logística para distribuir um jornal na região, erguiam enorme barreira no processo comunicacional dos guerrilheiros do Araguaia.

Contudo, havia outro meio de comunicação escrita entre guerrilheiros e moradores locais. Eram folhetos e panfletos impressos na própria região através de mimeógrafo. Os comunicados dos guerrilheiros eram produzidos pelos dirigentes do PCdoB que estavam na região, de forma clandestina. Um desses dirigentes e comandante militar da guerrilha era o jornalista Ângelo Arroyo, que produziu relatório sobre as ações comunicacionais da resistência armada no Araguaia em 1974 (ARROYO, 2009). Importante destacar que neste artigo não leva-se em conta a qualidade da informação ou o objeto da informação, mas sim os canais de comunicação dos guerrilheiros, comparados com os meios utilizados pelos militares.

A dificuldade dos guerrilheiros existia na comunicação entre os próprios militantes políticos dentro do Araguaia e para fora da região. Eles ficaram isolados do restante do Brasil e do mundo. Faziam uma comunicação, como se diz, popularmente, "surda e muda", voltada para poucos integrantes da guerrilha. Enquanto isso, as forças militares faziam comunicação ampla e geral, nacional e internacional, além de administrar com mão de ferro a censura. Era eficaz em todos os segmentos da sociedade brasileira. Fortaleceram o sistema de informações na mídia durante o período de combate e depois dele.

Para tentar romper a bolha que espremia a rede de comunicação entre dirigentes e militantes do PCdoB no Araguaia na década de 1970, foi feito uso de transmissão de informações através de duas rádios internacionais. A Rádio Tirana, na Albânia, e a rádio Pequim, da China países comunistas que o PCdoB mantinha estreito contato (SÁ, 2004). As informações do Araguaia eram transmitidas em boletins diários, a partir de informações passadas pelos dirigentes e retransmitidas para bases das emissoras. E mais uma vez se erguia uma barreira comunicacional. Nem todos moradores locais tinham um rádio. Dados sobre posse deste equipamento junto aos camponeses não foram encontrados. Mas há relatos que os moradores se reuniam na casa daqueles que tinham um retransmissor ou em bodegas locais para escutar alguns programas (PCdoB, 2005).

Os guerrilheiros também utilizavam a forma mais primária e milenar de comunicação: a fala. Contar histórias e repassar informações, além de se auto-informar através do boca a boca com os moradores do Araguaia, segundo descreve o guerrilheiro Glênio Sá (2004), que tinha como uma de suas missões diárias sintonizar programas de rádio para manter o grupo informado. “Incentivávamos ao máximo os adjuntos (mutirões) em nossa área, e foi basicamente neles que nos inteiramos do sentimento e das reivindicações mais sentidas pelos moradores da região” (Sá, 2004, p.9). Além disso:

Entre meus deveres estava o de sintonizar diariamente o nosso velho rádio. Cumpria diariamente um mesmo ritual: às 6 da manhã ouvia a rádio Havana; às 7, o noticiário da rádio Guaíba (RS); às 12h, a rádio Bandeirantes (SP); às 19, a de Pequim; às 20, a de Tirana e às 21, a BBC de Londres... Quando chegava alguém com um jornal na área, era a maior disputa (SÁ, 2004, p.10).

Militantes do PCdoB acreditavam que o jornalismo independente e clandestino seria suficiente para informar a situação enfrentada e outros acontecimentos no Araguaia. É o que relata Luiz Carlos Antero em artigo publicado no livro *“Guerrilha do Araguaia – uma epopeia pela liberdade”*, editado pelo próprio partido (2005):

Essas experiências de jornalismo independente e alternativo, como se dizia, eram, por sua vez, encorajadas pelo destemor dos guerrilheiros. Nas redações havia sede pelas notícias de se “front”. E os comunistas não deixavam por menos. Com todas as dificuldades, pernas de muitas léguas e mãos ágeis levavam novidades (PCdoB, 2005, p. 26).

Ainda de acordo com Arroyo (2009), foi tentado utilizar outros meios de comunicação entre o grupo e para com a população e o restante do país, baseados quase que exclusivamente no “mensageiro a pé”. O autor também relata que foi tentado o uso de “meios mais modernos” de comunicação entre os militantes, como wal-talk (PCdoB, 2005, p.65), mas que não deu certo. Tal deficiência de comunicação não foi eliminada nos dois primeiros anos desde o primeiro ataque dos militares, em 1972. “Algumas se agravaram, constituindo sérios problemas para os guerrilheiros”, relatou Sá (2004), evidenciando o enorme fosso existente entre as duas partes na guerrilha.

A desigualdade material entre nós e o Exército era mais do que evidente. Enquanto passávamos uns poucos comunicados aos amigos (impressos em reco-reco) pedindo para passarem de mão em mão e conclamando a população a poiar e a se integrar à guerrilha, o Exército soltava de avião milhares de apelos para que nos rendêssemos, dizendo que a nossa derrota era inevitável (SÁ, 2004, p.18).

O comando militar guerrilheiro do PCdoB no Araguaia definiu regulamento para balizar as ações de seus subordinados. Continha 32 artigos disciplinantes. A regra definia funções do combatente, organização e hierarquia. Foi escrito no início de 1973 e previa organizar o serviço de informações e comunicações (DÓRIA *et al*, 1978, p.76). Contudo, a comunicação, informação e propaganda da luta armada era preceito previsto pela oposição, pouco seguido. Documentos do PCdoB indicavam necessidade de uma rede comunicacional na região do Araguaia (POMAR, 1980), não implementada efetivamente.

A luta armada pode começar, igualmente, pela ação de grupos de propagandistas armados. Para mobilizar as massas do interior e elevar sua consciência política, a propaganda revolucionária desempenha destacado papel. Mas esta propaganda não pode ser realizada facilmente. Nas condições de ditadura em que vive o país, a menor agitação feita entre as massas leva o inimigo a investigar e deter os que a realizam. Daí porque a propaganda revolucionária no interior terá que ser, em boa parte, levada a efeito por elementos capazes de se defenderem da perseguição dos reacionários... Seu objetivo principal é despertar as massas para a defesa de seus interesses, ajuda-las a se organizarem, ganhá-las para a ideia da guerra popular... (POMAR, 1980, p.107).

O comandante comunista Ângelo Arroyo (1974) classificou o problema na área de comunicação da guerrilha desempenhada pelo PCdoB no Araguaia como um “erro grave” porque “não soube dar o necessário equilíbrio entre propaganda armada, criação de uma base política de massa e ações militares”.

Pomar (1980) ainda ressalta a “falta de uma rede de informações, da precariedade de uma rede de comunicações” como fatores delimitados na disputa com as forças militares, des-

tacando a importância do trabalho militar do PCdoB no Araguaia, mas criticando a priorização dessa área em detrimento às outras, como a rede de comunicações (POMAR, 1980).

Considerações finais

Com uma estrutura precária de comunicação e uma rede de informações inexistente, os guerrilheiros do Araguaia do PCdoB foram sufocados e exterminados pelos militares. A singela rede local de comunicação e informação, posta em prática de forma amadora, era precária e clandestina. Estava configurada e funcionando somente por meio da oralidade e de pouca escrita, diante de uma população local formada quase que totalmente por analfabetos. E a rede voltada para fora do foco guerrilheiro era ainda mais rudimentar. Composta por periódicos clandestinos, jornais sob censura e pesada repressão, além de informações repassadas a rádios internacionais – Albânia e China – tinha alcance e resultado totalmente insignificante, desconhecido e pequeno dentro do Brasil.

Cenário totalmente oposto ao da rede de comunicações desenvolvida pelos militares, cujos resultados pode-se observar ainda hoje, pois são militares as versões do ocorrido na guerrilha do Araguaia registradas na bibliografia historiográfica sobre o tema, bem como documentos, em sua maioria. Essa ampla diferença de projeto comunicacional entre forças militares e oposição ao regime ditatorial permite o direcionamento do leitor brasileiro de jornais e livros e livros de histórias, criando uma abertura interpretativa sobre a questão da ditadura civil-militar brasileira do período 1964-1985 com foco em acontecimentos e informações sob o prisma das Forças Militares que comandaram o país.

Acreditamos que as estratégias comunicacionais desenvolvidas pelas forças milita-

res ao longo dos anos de ditadura, aliada à censura, foi eficiente e sufocou a narrativa da militância comunista. Mostra também que o trabalho desenvolvido pelo PCdoB e seus militantes não teve o suporte necessário para atingir sequer os meios de comunicação ou a população. Assim, criou-se uma imagem com foco em apenas um dos lados envolvidos na guerrilha do Araguaia.

Revelando relações de poderes conforme indica Hall (2005), a construção das identidades - no caso deste estudo, militares e opositores na região do Araguaia - acaba por dar sentido a práticas e relações sociais a partir do registro da memória coletiva. Esta porém, se construída a partir de noções como "história", "lembrança" e "consciência", como propõe Halbwachs (2006), destaca o caráter social e natureza dinâmica do acontecimento que asseguram a continuidade e consciência dos envolvidos, incorporada e refletida em cada um de seus membros.

Quando localizada dentro de um sistema de representação, considera ainda não só a experiência dos sujeitos envolvidos, mas suas condições sociais e materiais (SODRÉ, 2000) que, em casos como o deste estudo, leva a criações de versões históricas veiculadas pela mídia de massa (jornais, livros etc.) com foco nos militares, sobrepondo-se à narrativa da oposição e que fez prevalecer versão oficial dos fatos e o esquecimento das narrativas dos derrotados (CERTEAU, 1998).

Referências

- ARROYO, Ângelo. *Relatório sobre a guerrilha do Araguaia (PCdoB)*. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. SP, 2009. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/010-relatorio-arroyo.pdf>. Acesso em 10 out. 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- CANCELLI, Elizabeth. *O Brasil na guerra fria cultural: o pós-guerra em releitura*. São Paulo: Intermeios, 2017.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DÓRIA, Palmério; BUARQUE, Sérgio; CARELLI, Vincent; SAUTCHUK, Jaime. *A guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico Brasil, 1970*. Brasília. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=769&view=detalhes>. Acesso em 27 ago. 2018.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vertice, 2006.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.
- JIMENEZ, José Vargas. *Bacaba: memórias de um guerreiro de selva da guerrilha do Araguaia*. Campo Grande: Edição do Autor, 2007.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Página Aberta, 1991.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Instituto Nacional de Estduso e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Mapa do analfabetismo no Brasil*, Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.inep.gov>.

br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c-0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3. Acesso em: 27 ago. 2018.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 269-279.

PCdoB. *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.

POMAR, Wladimir. *Araguaia: o partido e a Guerrilha - documentos inéditos*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

SÁ, Glênio. *Araguaia: relato de um guerrilheiro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.

SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *A narração do fato: Notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 51-61.

VISACRO, Alessandro. *Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. *A guerra na era da informação*. São Paulo: Contexto, 2018.

Eduardo Reina - Mestrando em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, com bolsa Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Graduado em Jornalismo, atuou como diretor de redação, editor executivo, editor, colunista e repórter em jornais na capital e interior, além de assessor de imprensa em entidades, empresas e autarquias. **E-mail:** edu.reina@hotmail.com

Camila Escudero - Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Metodista de São Paulo. **E-mail:** camila.escudero@metodista.br

Recebido: 27 out. 2018

Aprovado: 16 dez. 2018